



Votação do Orçamento de 2015 em Plenário fica para fevereiro



Moreira Matiz/Agência Senado

Relatório de Jucá à lei orçamentária foi aprovado pela Comissão de Orçamento, mas análise pelo Congresso só ocorre após recesso, que vai de hoje a 31 de janeiro

A conclusão da análise do Orçamento de 2015 será feita após o recesso. O texto, aprovado ontem pela Comissão Mista após a análise dos 10 relatórios setoriais, aumenta o salário mínimo para R\$ 790

a partir de janeiro e reserva R\$ 3,9 bilhões para compensar perdas de estados com a desoneração de exportações. Também foi aprovado o bloqueio de recursos a três obras com suspeita de irregularidades. **3**

Parlamentares comemoram aprovação do relatório de Jucá à proposta orçamentária de 2015 na Comissão de Orçamento

Novo código agiliza processos civis **3**

Vai à Câmara projeto sobre licitações

No próximo ano a Câmara vai analisar projeto da CPI Mista da Petrobras que aprimora licitações

feitas por estatais. Para o relator, Marco Maia, as mudanças reduzirão desvios de recursos. **2**

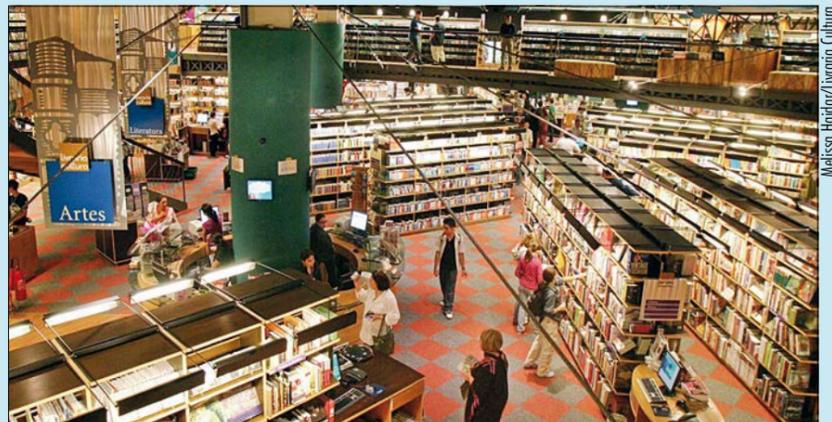
Veja ações do Senado na última semana **7**

especial Cidadania

Cartão estimula consumo cultural

Implantado há um ano, Vale-Cultura é um cartão magnético que patrão dá a funcioná-

rios e o recarrega com R\$ 50 todo mês. Em torno de 264 mil pessoas já recebem o benefício. **8**



A maior parte dos créditos do Vale-Cultura é gasta em livrarias e em bancas de jornal

Melissa Hantler/Livraria Cultura



Encartado nesta edição o novo número do *Jornal Senado Mulher*

Simon, Suplicy e Casildo: mais de 50 anos de lutas

Em entrevistas exclusivas à Agência Senado, também disponíveis em vídeos, os três senadores lembraram momentos marcantes de suas trajetórias políticas, falaram sobre o panorama nacional e internacional e projetaram suas vidas após o fim dos mandatos, em 31 de janeiro. **4 e 5**

Plano intensificará ações sustentáveis no Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Viveiro se tornou modelo sustentável dentro e fora do Senado

Após atuar por cerca de dois anos com atividades de conscientização, como visitas ao Jardim Botânico de Brasília e a implantação de um sistema modelo de sustentabilidade no Viveiro do Senado, o Núcleo de Ações Socioambientais vai trabalhar na elaboração do Plano de Gestão Logística

Sustentável, que englobará toda a instituição. O plano terá um conjunto de metas, indicadores e prazos para adoção de ações sustentáveis, com um período inicial de envolvimento das áreas e seus respectivos coordenadores, para depois mobilizar os servidores. **6**



Ao lado do senador Gim, o relator da CPI Mista da Petrobras, Marco Maia, defende que as normas atuais sejam alteradas como forma de combater a corrupção

Proposta de novas regras para licitações em estatais vai à Câmara

Projeto, que foi aprovado no último dia 18, faz parte do relatório final da CPI Mista da Petrobras e traz mais de dez possibilidades de dispensa de licitação, como em casos de emergência. Para o relator da comissão, Marco Maia, as regras atuais facilitam a corrupção

OS DEPUTADOS VÃO abrir 2015 com a tarefa de examinar o projeto apresentado pela CPI Mista da Petrobras com novas normas para as licitações nas estatais. A proposta, oficialmente encaminhada à Câmara ontem, traz um novo estatuto jurídico das empresas estatais e faz parte do relatório final da comissão, aprovado no último dia 18.

Ao defender as mudanças, o relator da CPI, deputado Marco Maia (PT-RS), disse que a proposta traz um modelo de

licitação que assegura a agilidade necessária às estatais, mas com transparência suficiente para garantir a atuação dos órgãos de controle. Para Marco Maia, o atual regime de contratação da Petrobras (Decreto 2.745/1998) é um incentivo à corrupção, pois dá a gerentes e diretores a possibilidade de fazer compras sem processo licitatório.

— Se não houver um grande processo de fiscalização, de controle e de auditoria que permita identificar possíveis

desmandos, surge a possibilidade concreta de se perpetuar ali um esquema de desvios — avalia Marco Maia.

O decreto traz mais de dez possibilidades de dispensa de licitação. Uma delas é em casos de emergência, ou quando fica comprovado que a demora na compra pode causar prejuízos.

O texto apresentado pela CPI mista prevê que as licitações nas empresas estatais podem ser dispensadas, por exemplo, para obras e serviços de engenharia de até R\$ 100 mil.

Marco Maia informou também que a proposta traz um artigo para possibilitar que integrantes do Conselho de Administração sejam responsabilizados por irregularidades. Além disso, prevê critérios de julgamento para serem usados nas licitações: menor preço, maior desconto, melhor combinação de técnica e preço, melhor técnica, melhor conteúdo artístico, maior oferta de preço, maior retorno econômico e melhor destinação de bens alienados.

Jornal não circula no recesso, mas registrará posse

O **Jornal do Senado** suspenderá temporariamente a circulação impressa amanhã, devido ao recesso parlamentar, e lançará uma edição especial no dia 2 de janeiro, com cobertura da posse presidencial, que acontece no dia 1º. As edições normais voltarão a ser publicadas a partir de 2 de fevereiro, com a retomada dos trabalhos legislativos no Congresso. Até lá, o noticiário do Senado poderá ser acompanhado por meio do portal de notícias (www.senado.leg.br/noticias), com atualização em tempo real.

Agência faz vídeo em espanhol sobre Guerra do Paraguai

A Agência Senado publicou em sua página na internet (www12.senado.leg.br/noticias/videos) um vídeo em espanhol sobre os 150 anos da Guerra do Paraguai.

A reportagem ouve historiadores brasileiros e estrangeiros sobre as causas e as consequências do conflito. Também é entrevistado um bisneto de Francisco Solano López, o ditador do Paraguai na época. Ele pede ao Brasil que devolva um canhão que as tropas brasileiras levaram para o Rio de Janeiro como troféu de guerra.

Aproximação de EUA e Cuba é exemplo, diz Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) avalia que o fato do ano de 2014 é o reatamento das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba.

Ele observou ontem que essa reaproximação se tornou realidade graças às pressões sociais em favor do reatamento e à atuação de Barack Obama, Raúl Castro e o papa Francisco, que, segundo o senador, souberam ouvir. Para Cristovam Buarque, a atuação desses líderes mundiais e a reaproximação diplomática entre Cuba e EUA servem de exemplo para o mundo e para o Brasil.

Ele declarou que o Brasil precisa de lideranças desse tipo para aproximar ricos e pobres, reduzindo, assim, as

desigualdades sociais em nosso país.

— Nós somos os líderes políticos, mas não temos a ousadia nem a capacidade de fazer com que o que as forças sociais desejam para melhorar o país se tornem realidade. Nós não estamos sendo capazes.

Digo “reatamento”, para simplificar. Na verdade, é o “atamento” porque é a primeira vez. O que vai fazer com que, nesse país, as classes se encontrem, é a educação de qualidade e igual para todos — conclamou.

Para Cristovam, a sociedade brasileira também quer o fim da violência, da corrupção e da desigualdade. Faltam, no entanto, lideranças para tornar seus anseios realidade, em sua opinião.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Suplicy espera para breve fim do embargo a Cuba

Eduardo Suplicy (PT-SP) também saudou o reatamento das relações entre Estados Unidos e Cuba, ocorrido na semana passada, e fez votos de que logo também tenha fim o embargo econômico aos cubanos.

Ele lembrou que o fim do embargo depende de decisão do Congresso norte-americano e reconheceu que existem grupos contra a medida. Comentou, no entanto, que o próprio presidente Barack Obama já afirmou que os 50 anos de embargo não trouxeram nada de positivo.

Suplicy disse que a reaproximação entre os dois países deve levar a uma maior liberdade em Cuba. Ele observa que os jornais já mostram um exemplo disso ao noticiarem uma manifestação de senhoras que pediram a libertação de presos políticos, sem sofrer

nenhuma repressão do governo cubano.

— Então, muitas outras coisas deverão acontecer e, sobretudo, com maior interação e intercâmbio, inclusive comercial e cultural, Cuba e Estados Unidos vão contribuir para tantas coisas positivas que espalharão seus benefícios para as três Américas — disse.

Suplicy também leu carta que recebeu de Adriana e Marcelo Dias, responsáveis pelo Instituto Baresi, agradecendo-o por sua luta no Congresso em favor dos 15 milhões de brasileiros que sofrem de doenças raras. O senador lembrou que, por sugestão da entidade, apresentou três projetos: o que institui o Dia Nacional das Doenças Raras, o que cria a Política Nacional das Doenças Raras e o que sugere fundo para pesquisas sobre as doenças raras.

Anibal apresenta projetos ligados à internet rápida

Ao discursar ontem no Plenário, Anibal Diniz (PT-AC) anunciou que apresentou seis projetos de lei relacionados ao Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), do qual foi relator na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O colegiado foi responsável por acompanhar a evolução do PNBL em 2014.

O senador afirmou que o primeiro projeto estimula o compartilhamento da infraestrutura das concessionárias que trabalham com transmissão de dados. O segundo trata da implementação de uma tarifa social para garantir a universalização da banda larga no Brasil. O terceiro modifica os cálculos das receitas do Fundo

de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para que os recursos sejam aplicados na universalização da banda larga.

A garantia de acesso à internet como objetivo do Fust é o teor do quarto projeto. O quinto define a forma de avaliação e monitoramento do PNBL. O sexto projeto reconhece o acesso à internet como serviço essencial.

O senador reconheceu os avanços do governo no setor, mas defendeu uma maior atuação do poder público na ampliação do acesso à internet.

— Somente com a presença do Estado será possível fazer a internet chegar aos lugares mais distantes do país — afirmou ele.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Lei orçamentária será votada só em fevereiro

A CMO aprovou o relatório de Jucá ao Orçamento de 2015, mas a votação da matéria pelo Congresso será feita apenas no próximo ano, após o recesso parlamentar

A MENOS DE três horas do encerramento dos trabalhos do Congresso Nacional em 2014, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou, na noite de ontem, o relatório final do Orçamento de 2015, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR). O texto só será votado em sessão do Congresso em fevereiro, já na 55ª legislatura, com a retomada dos trabalhos do Senado e da Câmara dos Deputados, que entram em recesso parlamentar de hoje a 31 de janeiro de 2015.

O relatório aprovado confirma o valor do salário mínimo de R\$ 790 a partir de 1º de janeiro, um reajuste nominal (sem descontar a inflação) de 9,1%. A proposta original previa um mínimo de R\$ 788,06.

Em seu relatório, Jucá promoveu a recomposição do orçamento das Forças Armadas, destinando mais recursos para projetos do Exército, Marinha e Aeronáutica.

O senador disse ter reservado R\$ 900 milhões para garan-

tir o reajuste concedido para ministros do Supremo Tribunal Federal, procurador-geral da República, deputados e senadores, que representa o novo teto salarial do funcionalismo público — passando de R\$ 29,4 mil para R\$ 33,7 mil.

O relator também previu mais recursos para atender a demanda de projetos em faixas de fronteira, nas áreas de agricultura familiar e nas de defesa animal e vegetal.

Foram destinados R\$ 3,9 bilhões para atender os estados afetados pela desoneração das exportações, que é estabelecida pela Lei Kandir. Também destinou recursos para recompor o Fundo Partidário e combater e prevenir a violência infantojuvenil, entre outras ações.

Jucá também acrescentou R\$ 2,4 bilhões às emendas de bancadas estaduais. As bancadas que preferirem distribuição equivalente ou remanejamento de recursos poderão encaminhar as mudanças ao relator, que apresentará



O relator, Romero Jucá (C), e o presidente da CMO, Devanir Ribeiro (2º à dir.), durante a votação do Orçamento 2015

um adendo ao relatório a ser votado pelo Congresso no ano que vem.

Cada parlamentar apresentou R\$ 16,3 milhões em emendas ao Orçamento de 2015. A proposta recebeu 9.341 emendas destinadas à despesa, ou seja, voltadas para gastos como investimento e custeio. Outras 323 emendas foram apresentadas à parte normativa da proposta.

Ele também destinou quase R\$ 2 bilhões para melhorar as condições de atendimento das emendas individuais, uma vez que a reserva de contingência prevista pelo governo foi menor.

Para Romero Jucá, o texto aprovado é “factível”.

— Os dados macroeconômicos são realistas. O governo saiu daquele sonho e caiu na real — disse.

Em conversas com o Executivo, ele cobrou mudanças nos parâmetros econômicos que norteiam a proposta. Assim, a previsão de crescimento do PIB caiu de 3%, que constava no projeto original, para 0,8%.

Antes da aprovação do relatório final, a comissão aprovou os dez relatórios setoriais que compõem o Orçamento da União. As votações se deram praticamente sem discussão, depois de acordo fechado

entre os integrantes da CMO no começo da tarde.

Os relatórios aprovados referem-se às áreas de Planejamento e Desenvolvimento Urbano; Justiça e Defesa; Trabalho, Previdência e Assistência Social; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte; Poderes do Estado e Representação; Agricultura e Desenvolvimento Agrário; Saúde; Infraestrutura; Fazenda, Desenvolvimento e Turismo; e Integração Nacional e Meio Ambiente.

Os principais setores beneficiados com a apresentação de emendas foram saúde, com R\$ 15 bilhões; cidades, com R\$ 11,3 bilhões; educação, com R\$ 9,9 bilhões; transportes, com R\$ 8,4 bilhões; defesa, com R\$ 7,9 bilhões; integração nacional, com R\$ 6,2 bilhões; turismo, com R\$ 3,7 bilhões; e Justiça, com R\$ 2,1 bilhões.

Comissão apoia bloqueio de obras irregulares

A CMO também aprovou relatório que sugere o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira de três obras que apresentam, de acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), indícios de irregularidades graves.

As obras que poderão ficar sem recursos no Orçamento de 2015, por apresentarem indícios de irregularidades graves, são a construção de uma Vila Olímpica em Parnaíba (PI), a construção do Complexo Materno em Teresina e o controle de

inundações, a urbanização e a recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu, Botas e Sarapuá, na Baixada Fluminense. Conforme previsto na legislação orçamentária em vigor, cabe ao Congresso aprovar ou não as indicações de suspensão feitas pelo TCU.

Novo código estabelece ordem cronológica para julgamentos

O texto do novo Código de Processo Civil (CPC), com aprovação concluída na quinta-feira e agora encaminhado à sanção presidencial, prestigia a transparência como princípio na condução dos atos processuais. Uma das novas regras obriga juízes e tribunais a adotarem ordem cronológica de conclusão dos processos para emitir sentença ou acórdão, termo que define as decisões adotadas por colégio de magistrados.

A sequência cronológica tem como objetivo evitar que interesses externos possam influenciar a ordem dos julgamentos. O critério de conclusão do processo, e não a data de ingresso da ação no Judiciário, afasta o risco de retenção de julgamentos: como as ações envolvem diferentes complexidades, passando por fase de alegações, provas e muitas vezes perícias, uma causa mais antiga pode demorar mais tempo para ficar apta a julgamento que outra mais nova. Ainda pelo texto, a lista de processos prontos para decisão, pela ordem cronológica, deve estar permanentemente à disposição para consulta pública nos cartórios dos fóruns e tribunais e ainda nos portais do Judiciário na internet.

A regra, de todo modo, não é absoluta,



Senadores conversam durante sessão que aprovou novo Código de Processo Civil na semana passada

havendo exceção para diversos recursos judiciais, além de sentenças em audiências homologatórias de acordo e os julgamentos em bloco de processos ou recursos repetitivos, que agilizam a Justiça. A ordem também pode ser rompida para o julgamento de causas que exijam urgência. Os juízes também devem ainda antecipar o julgamento de matérias que tenham preferência legal, como no interesse de idosos, além das metas do Conselho Nacional de Justiça. Os processos protegidos por exceção devem, entre si, ser ordenados

igualmente de forma cronológica.

O novo conjunto de leis deixa expresso que todos os julgamentos dos órgãos do Judiciário serão públicos, sob pena de nulidade. Porém, nos casos em que haja segredo de justiça, pode ser autorizada somente a presença das partes, dos advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.

No intuito de agilizar julgamentos, os juízes e as partes podem entrar em acordo sobre procedimentos do processo, como a definição de calendário ou a contratação de perícia. O texto também

regulamenta a intervenção do *amicus curiae*, em latim o “amigo da corte”, um colaborador externo com experiência sobre matéria controversa e de ampla repercussão. Podem desempenhar esse papel associações de classe, organizações não-governamentais e eventuais interessados com representatividade e reconhecida autoridade na questão. A participação poderá ser solicitada pelo juiz ou tribunal ou a pedido das partes envolvidas.

A figura do *amicus curiae* é tradicional em muitos países, mas ainda tem pouca presença no direito brasileiro. Por enquanto, sua participação nos processos, para apresentar memoriais ou fazer intervenções orais está regulada apenas em resolução do Conselho Federal de Justiça e norma do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

O *amicus curiae* poderá recorrer da decisão que determinar o incidente de resolução de demandas repetitivas, instrumento que está sendo criado agora para permitir a aplicação de uma única sentença a grande quantidade de processos iguais. São exemplos os milhares de processos na área previdenciária e contra empresas de telefonia e outras concessionárias de serviços públicos.

Em entrevistas exclusivas à Agência Senado, registradas em vídeos que podem ser assistidos na internet pelos endereços ao final dos textos abaixo, Pedro Simon, Eduardo Suplicy e Casildo Maldaner fazem uma retrospectiva de suas trajetórias políticas, falam sobre seus desejos para o futuro do país e anunciam o que pretendem fazer depois de 31 de janeiro

A despedida após mais de 50 anos de vida pública, em três atos

A experiência acumulada nos mais de 50 anos de militância política dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Eduardo Suplicy (PT-SP) não vai se perder com o fim do mandato deles no dia 31 de janeiro. Os três despediram-se do Senado e da vida parlamentar este mês, mas de alguma forma continuarão fazendo política.

Em entrevistas à Agência Senado, Simon, Casildo e Suplicy lembraram suas trajetórias e falaram sobre os planos para o futuro longe do Congresso. Em comum, manifestaram o desejo de contribuir para melhorar a qualidade da política.

Aos 85 anos, Simon irá repetir as andanças que fez quando era coordenador do Movimento pela Anistia, ao final dos anos 1970, ao lado do senador Teotônio Vilela. Diz ter hoje mais disposição e saúde do que Teotônio, vítima de um câncer, tinha à época. Sua intenção é mobilizar a sociedade para que participe mais ativamente da vida política no país.

— O povo deve participar, dizer presente em todos os momentos, deve debater. E isso eu pretendo fazer, convidar as pessoas a irem para fora, a virem discutir o momento do país — afirmou Simon.

Casildo Maldaner pretende dedicar-se à formação de novos quadros políticos. Ele quer continuar acompanhando de perto a política catarinense e repassar a experiência aos políticos mais novos.

— Para descansar, a gente tem a eternidade — disse.

Já Eduardo Suplicy anunciou que irá lecionar na Universidade de São Paulo (USP) e escrever um livro sobre seus 24 anos de Senado. Além disso, quer prosseguir militando junto com os movimentos sociais.

— Transmitemo a todos, seja o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, os movimentos de moradia, em defesa dos direitos da cidadania, dos direitos humanos, da população de rua, das cooperativas de material reciclável, a todos os sindicatos de trabalhadores: podem contar comigo, que eu vou continuar tendo diálogo com todos vocês — afirmou.

Outra despedida marcante dessa legislatura é a do senador José Sarney (PMDB-AP), que, em seus 60 anos de vida pública, presidiu o Senado em quatro oportunidades, todas elas após encerrar seu mandato de presidente da República (1985–1990).

Nas últimas semanas, o parlamentar recebeu várias homenagens. A primeira delas foi promovida pela Secretaria de Comunicação (Secom), cujos veículos foram estruturados durante sua primeira gestão como presidente do Senado (1995–1997). Ele também foi saudado em solenidade da Biblioteca da Casa — que organizou exposição sobre a vida e a obra de Sarney, ocasião em que foi lançado um livro sobre sua passagem pelo Palácio do Planalto — e em café da manhã organizado por servidores.



Casildo Maldaner, que viajará para a Inglaterra logo após deixar o Senado para um período de imersão em inglês

Após ver enchentes em Santa Catarina, Casildo adotou como bandeira o fortalecimento da Defesa Civil no país

Os planos para depois de 31 de janeiro de 2015 já estão feitos. Casildo Maldaner (PMDB-SC) quer viver, por algumas semanas, uma aventura com sua mulher, Ivone: um período de imersão de inglês em tradicional universidade na Inglaterra. O folheto com as informações sobre o curso descansa em sua mesa no gabinete do Senado. Mas Casildo ainda hesita em falar do assunto. A ideia de ficar mais de um mês longe da rotina política do país parece soar estranha ao senador.

O estranhamento é compreensível. Aos 72 anos, Casildo encerra em janeiro 52 anos de uma vida pública que teve início em 1962, quando, aos 20 anos, foi eleito vereador em Modelo, cidade no oeste de Santa Catarina onde foi criado.

— Foi há tanto tempo que a gente podia voto e ia trabalhar a cavalo — lembra.

Da câmara municipal, os passos seguintes foram ocupar vaga na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, ser reeleito para o cargo e, em seguida, chegar a deputado federal. A experiência parlamentar acabou por render-lhe a vaga de vice-governador do então candidato peemedebista Pedro Ivo Campos. Era 1986, eles saíram da campanha vitoriosos, mas um câncer tirou a vida de Pedro Ivo na metade do mandato, dando a Casildo a oportunidade de governar Santa Catarina por quase dois anos.

Primeiro governador vindo do oeste catarinense, região de tradição agrícola do estado, o senador ficou conhecido pelo jeito peculiar e espontâneo com que conduziu o governo.

Simpático, defensor do diálogo como solução para os problemas e dono de um humor peculiar, o então governador chegou a ser protagonista de um livro que reuniu as “pérolas” de seus discursos ao longo do mandato. O *Casildário* tem dois volumes — o primeiro, lançado em 1991, e o segundo, lançado após a passagem de Casildo pelo Senado em 2003, ambos com edições esgotadas.

A atuação no governo, porém, não foi só de alegrias. Casildo viveu o lado difícil do Executivo ao presenciar enchentes que



Eleito vice-governador, ao lado de Pedro Ivo Campos

destruíram cidades e deixaram centenas de desabrigados em vários pontos do estado, sem ter recursos materiais ou financeiros para atender as vítimas. A impotência do governo marcou o catarinense, que guardou consigo a necessidade de reformular a Defesa Civil do país. Mais do que apenas socorrer vítimas, era preciso atuar na prevenção das tragédias.

A lição virou bandeira quando chegou ao Senado, em 1995. Apresentou projeto criando o Fundo da Calamidade para atender as ações de Defesa Civil nos municípios. O projeto, porém, acabou arquivado ao fim da legislatura.

Em 2011, ao voltar ao Senado depois que Raimundo Colombo, de quem era suplente, renunciou para se tornar governador, retomou a luta pelo fortalecimento da Defesa Civil. Foi relator da Comissão Temporária de Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e da Medida Provisória 547/2011, que definiu a Política Nacional de Defesa Civil, retomando a discussão sobre o fortalecimento do órgão.

Entre uma passagem e outra pelo Senado,



Na campanha para vereador, no início dos anos 1960

Casildo ocupou por oito anos a direção do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDES) e foi presidente do PMDB de Santa Catarina por três mandatos.

Ex-seminarista, primogênito de nove filhos de um casal de colonos, Casildo manteve a simplicidade de quem cresceu no interior. Casado com Ivone, pai de três filhos, o senador até hoje vota no colégio eleitoral que o elegeu vereador em Modelo, na década de 1960, e que na última eleição contou apenas com ele e mais 114 eleitores.

No discurso de despedida do Senado, Casildo negou que vá “colocar pijamas”:

— Para descansar, a gente tem a eternidade. Seus planos são acompanhar a política catarinense, repassar a experiência aos políticos mais novos e colaborar para melhorar a política do país.

Veja vídeo sobre a despedida de Casildo Maldaner: <http://bit.ly/DespedidaCasildo>



Senador de São Paulo por três mandatos dará sequência à luta pela implantação da Renda Básica da Cidadania

Eduardo Suplicy dará aulas na Universidade de São Paulo e escreverá livro sobre os 24 anos de mandato no Senado

No gabinete de Eduardo Suplicy, as paredes são envidraçadas. Não é só uma preferência estética.

— Quando vocês entram na porta do meu gabinete, podem ver o que se passa aqui dentro, porque a norma minha é sempre transparência total. É a melhor forma de prevenir problemas, irregularidades e malfeitos — afirmou.

Quem aparece muito cedo no gabinete transparente do senador pelo PT de São Paulo tem grande chance de já encontrá-lo trabalhando. Suplicy é dos primeiros



Em 1997, no Plenário: transparência como princípio

a chegar, por volta das 8h, e dos últimos a sair, às vezes depois das 23h, mesmo quando a sessão terminou bem antes. A prática de esportes na juventude (foi pugilista amador) ajudou-o a chegar aos 73 anos em boa forma. Hoje, para aguentar o ritmo de trabalho, Suplicy faz duas aulas de ginástica por semana.

Quando não está na Casa, provavelmente está viajando pelo país e pelo exterior, defendendo aquele que considera seu projeto mais importante: o da Renda Básica de Cidadania. Suplicy conta que uma de suas maiores emoções no Senado foi a aprovação de seu primeiro projeto sobre renda mínima, em 1991. A proposta garante uma renda mínima a todo brasileiro e todo estrangeiro que viver no País há pelo menos cinco anos.

Estudiosos dos programas de transferência de renda — Suplicy costuma citar o americano John Rawls, o belga Philippe van Parijs e o indiano Amartya Sen — argumentam que uma renda universal é melhor, como forma de combate à desigualdade, que uma renda apenas para os mais necessitados. O texto foi aprovado pelo Congresso e sancionado em 2004. Mas até agora não saiu do papel.

A proposta de Suplicy é criar um grupo de trabalho para estudar a transição do programa Bolsa Família para a Renda Básica de Cidadania.

— Tenho plena consciência de que não daria para instituí-la em 2015, ou mesmo em janeiro de 2016. Há necessidade de criar os instrumentos para financiá-la. Tenho a

certeza de que essa proposta vai significar algo tão importante quanto foram a Abolição e a implantação do sufrágio universal — diz.

O ar tímido esconde um político aguerrido, que mais de uma vez se elegeu “de virada”, tendo começado em desvantagem nas pesquisas. Em 1990, sua primeira eleição para o Senado, derrotou o candidato do então presidente Collor, o jornalista Ferreira Netto, e se tornou o primeiro representante do PT na Casa. Em 1998, enfrentou um ídolo nacional, o jogador de basquete Oscar Schmidt, apoiado pelo ex-prefeito e ex-governador Paulo Maluf. Em 2006, Suplicy venceu Guilherme Aff Domingos, nome da aliança DEM-PSDB.

Na eleição de 2014, na tentativa de um quarto mandato popular consecutivo — feito que apenas três senadores alcançaram desde o fim da Segunda Guerra Mundial (Edison Lobão, José Agripino e Ruy Carneiro) — Suplicy, vítima do mau desempenho do PT em São Paulo, acabou derrotado por José Serra, do PSDB. Mas isso não significa, segundo ele, o fim das lutas que marcaram sua passagem pelo Senado:

—Transmitemo a todos os movimentos sociais, seja o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, os movimentos de moradia, em defesa dos direitos da cidadania, dos direitos humanos, da população de rua, das cooperativas de material reciclável, a todos os sindicatos de trabalhadores: podem contar comigo, que eu vou continuar tendo diálogo com todos vocês — afirmou.

Convites não têm faltado. Suplicy já aceitou dois: a partir de março, dará aulas no curso de gestão de políticas públicas da Universidade de São Paulo, no campus da Zona Leste, sobre instru-

mentos para a construção de uma sociedade civilizada e justa; e está escrevendo um livro sobre sua passagem pelo Senado, a convite de uma editora de São Paulo.

Veja vídeo sobre a despedida de Eduardo Suplicy: <http://bit.ly/DespedidaSuplicy>



Pedro Simon faz o último de seus pronunciamentos no Senado: mais de cinco décadas de vida pública

Simon, que protagonizou campanha das Diretas Já, quer percorrer Brasil chamando população para política

A campanha toca encerrando o tempo de discurso no Senado e a plateia parece nem ouvir. O orador segue falando. Os dez minutos a que teria direito para se pronunciar se transformam em 40 sem que ninguém interrompa.

Na tribuna está Pedro Simon (PMDB-RS). Aos 84 anos, o senador conquistou como poucos o respeito de seus pares. Seus discursos em várias oportunidades interferiram nos rumos da política nacional. Como em 1998, quando conseguiu afastar, após um discurso incisivo, o então ministro das Comunicações, Mendonça de Barros, acusado de envolvimento no escândalo do grampo no BNDES. Em mais de cinco décadas de vida pública — sem que se tivesse passado um dia sem exercer cargo público —, tornou-se não apenas um político experiente. Sua trajetória, iniciada na década de 1960, na Câmara Municipal de Caxias do Sul, cidade natal no Rio Grande do Sul, foi marcada pelo estilo combativo.

Em 31 de janeiro, dia de seu aniversário,



Durante o enterro de João Goulart, em 1976

Simon encerrará o terceiro mandato consecutivo no Senado — o quarto no total — e se afastará da vida pública, mas se prepara para percorrer o Brasil. Ele irá repetir as andanças que fez quando era coordenador do Movimento pela Anistia, no final dos anos 1970, ao lado do senador Teotônio Vilela. Sua intenção é mobilizar a sociedade para a política.

— O povo deve participar, dizer “presente” em todos os momentos. Pretendo convidar as pessoas a virem discutir o momento do país.

Simon começou a vida pública em 1958, ao se eleger vereador numa época em que eles que nem sequer recebiam salário. Em 1962, concorreu a uma vaga de deputado estadual, cadeira que ocupou por quatro mandatos. Da assembleia legislativa, partiu para o Senado.

Vivenciou na primeira passagem pela Casa a mobilização popular contra a ditadura. No meio do mandato, quando ocupava o cargo de vice-presidente do PMDB, foi nomeado coordenador nacional das Diretas Já. Com a rejeição pelo Congresso da emenda



Em encontro com o presidente Juscelino Kubitschek

que permitia a eleição, foi Simon um dos articuladores para formação da Aliança Democrática, que elegeu Tancredo Neves em 1985.

Escolhido por Tancredo para ser ministro da Agricultura, foi confirmado no cargo pelo vice José Sarney, que assumiu a Presidência após a morte do eleito em abril de 1985. Simon foi ministro por dois anos e saiu quando se elegeu governador do Rio Grande do Sul.

Em 1991, foi novamente eleito senador e teve um segundo mandato mais uma vez pontuado por feitos políticos importantes: coordenou a CPI mista que levou ao impeachment do então presidente Fernando Collor e participou da CPI dos Anões do Orçamento.

Em meio à crise, aceitou o convite para ser líder do governo de Itamar Franco. No posto, ajudou a estabilizar o Congresso num momento de pouca credibilidade junto à população.

Em 1999 e 2006 foi reeleito senador. O combate à corrupção não se limitou aos discursos. Foi um dos articuladores, em 2010, da aprovação da Lei da Ficha Limpa.

Filho de libaneses católicos, caçula e único homem de uma família de quatro irmãos, Simon é casado e pai de quatro filhos. Todos ingressaram na advocacia, a exemplo do pai. Devoto de São Francisco de Assis, chegou a questionar sua crença ante a trágica morte do filho Mateus, ainda criança, num acidente de carro, em 1984. Um ano e meio depois, foi a vez da primeira esposa, Tânia, que morreu em decorrência de uma grave depressão — era ela quem dirigia o carro no acidente.

Uma depois, reencontrado com a igreja, ingressou na Ordem Terceira de São Francisco. Fez voto de pobreza, distribuindo os poucos bens entre filhos e irmãs. A conversão à ordem foi marcada, em 2000, com uma peregrinação de seis dias pelos 136 quilômetros que separam Fortaleza e Canindé, no sertão cearense.

— São Francisco é o homem do milênio — costumava dizer.

Veja vídeo sobre a despedida de Pedro Simon: <http://bit.ly/DespedidaSimon>

Núcleo de Ações Socioambientais tem 180 dias para finalizar documento, que terá metas, indicadores e prazos para todas as áreas da instituição aplicarem no dia a dia

Senado terá plano de ações socioambientais

COM O OBJETIVO de ampliar as ações de sustentabilidade dentro do Senado Federal, assegurar a economia de materiais descartáveis e promover a conscientização para questões como coleta seletiva, reciclagem e voluntariado, o Núcleo de Ações Socioambientais (NCAS) inicia em 2015 a elaboração do Plano de Gestão Logística Sustentável (PGLS).

O documento será uma ferramenta para o planejamento integrado da Casa, com responsabilidades e objetivos definidos: ações, metas, indicadores, prazos e mecanismos de monitoramento e avaliação.

A coordenadora do NCAS, Andréa Bakaj, explica que a implantação do plano terá um período inicial de envolvimento das áreas e seus respectivos coordenadores, para depois mobilizar os servidores.

— Nós já fizemos muitas ações pontuais, mas o plano vai ser uma determinação da Casa para que todas as áreas pensem o meio ambiente, a sustentabilidade. Vamos ter metas de redução, indicadores e isso vai ser muito bom para mostrar como o Senado age, como instituição, nessa esfera de sustentabilidade — afirmou Andréa.

O plano ainda está em fase de elaboração, mas, de acordo com ela, a intenção é colocar as ações em prática o mais breve possível, assim que houver o aval da Diretoria-Geral.

— Temos um prazo de 180 dias e um período de recesso e de férias, mas estamos trabalhando para que seja possível colocar em prática a partir de maio de 2015 — explica.

Segundo ela, não é intenção punir nenhum setor, mas haverá cobrança para garantir o cumprimento das metas. Para isso, todas as ações já abordadas pelo núcleo vão permanecer e outras serão implementadas.

— Nas áreas em que já atuamos, vamos enfatizar utilizando os indicadores e as metas a serem cumpridas por todos os setores. Vai ter



Visitação ao viveiro do Senado é um dos projetos de conscientização ambiental que já vêm sendo colocados em prática

um envolvimento global — explicou.

Financeiramente, a sustentabilidade tem sido um bom negócio para o Senado. Dados do NCAS mostram que, nos últimos 12 meses, houve redução de consumo de 37% em papel A4, 33% em água, 18% em copos descartáveis para água, 9% em copos para café e 4,63% em energia elétrica.

Segundo Andréa, a investigação de vazamentos e a mudança no tratamento para limpeza dos espelhos d'água, por exemplo, diminuiu substancialmente o desperdício.

— A gente tem feito o trabalho de conscientização para não desperdiçar papel, não desperdiçar copo plástico. Porque o valor, no caso dos copos descartáveis, não é um valor significativo para o orçamento da casa, mas ele é significativo para o planeta. É aquela consciência de que a gente pode administrar melhor esses consumos — disse.

Causa ambiental

Cristovam Buarque (PDT-DF) é um entusiasta da causa ambiental. Em entrevista ao **Jornal do Senado**, ele disse que, desde sua formação em Economia, ainda na universidade, já se preocupava com o meio ambiente. Chegou a dizer que se tivesse tomado outro rumo, em defesa de suas causas no meio acadêmico, talvez tivesse contribuído mais para a sociedade do que seguindo a carreira política.

Hoje o senador costuma vir a pé ao trabalho. Ele mora na quadra 215 Norte, a cerca de 10 quilômetros do Senado, e caminha um trecho para, então, pegar táxi.

— Me considero uma pessoa sustentável, tenho poucos ternos, não sou consumista. Não uso o veículo oficial do Senado. Precisava me exercitar e por isso venho andando por uma hora e depois sento num café e chamo um táxi. Os taxistas já me conhecem — contou.

Em casa, ele disse que tem uma rotina rígida na coleta seletiva de lixo, especialmente por conta da esposa.

— Ela se preocupa muito. Aqui [no gabinete] ainda não vi essa questão — disse.

O senador também quer dar o exemplo. Para ele, é importante mostrar que as pessoas com deficiência têm dificuldades, muitas vezes ignoradas pela maioria da população.

— Eu sugeri que talvez os senadores pudessem viver por um tempo como se estivessem com a perna quebrada, ou como se não enxergassem. Mas é preciso dar o exemplo. Talvez eu poderia ficar um dia, uma semana sem enxergar, como uma experiência para

mostrar como é a vida dessas pessoas — revelou.

Recentemente, o Senado teve que instalar uma rampa de acesso pela garagem dos senadores para facilitar a entrada do ex-senador Fleury, que é cadeirante, ao gabinete, além da retirada de um quebra-molas que era um obstáculo.

Leitura da Íris

O banheiro no gabinete do ex-senador também precisou de reforma. Outra medida adotada foi a instalação de sistema que permite a votação de projetos por meio da leitura da íris dos senadores no Plenário.

— Nos já fizemos o mapeamento. Agora, não é uma coisa que se resolve da noite para o dia, porque requer projeto, requer obra, requer orçamento e a gente sabe que as demandas são infundáveis — afirma Andréa Bakaj.

Segundo ela, as principais ações do núcleo em 2014 foram relacionadas ao Projeto de Mobilidade, que, abraçado pelos servidores, promoveu a instalação de paraciclos ao lado de banheiros com vestiários para que os usuários pudessem se trocar.

Ações como a Semana do Meio Ambiente e a Visitação ao Viveiro do Senado também tiveram destaque, principalmente fora da instituição, com repercussão positiva.

Saiba mais sobre os projetos do Núcleo de Ações Socioambientais no quadro ao lado.

LINHA DO TEMPO

DEZEMBRO/2013

- Dia 1º** Senado firma termo de adesão com o Ministério do Meio Ambiente.
- Dia 3** Evento de moda sobre o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.
- Dia 13** Visita à Fazenda Agroecológica Malunga.

MARÇO/2014

- Dia 18** Câmara e Senado promovem debate sobre uso racional da água.
- Dia 19** Senado promove doação de mudas ao Jardim Botânico de Brasília.
- Dia 20** Sessão solene pelo Dia Mundial da Síndrome de Down.
- Dia 22** Ações de educação ambiental no local de trabalho pelo Dia Mundial da Água.
- Dia 26** Participação em evento da Câmara sobre o Dia Mundial das Doenças Raras.
- Dia 29** Hora do Planeta: luzes do prédio do Senado foram apagadas em alusão ao uso adequado dos recursos naturais.

ABRIL/2014

- Dia 2** Audiência sobre o Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo.
- Dia 8** Dia Mundial do Braille: vídeo mostra trabalho de funcionários deficientes visuais em revisão na Gráfica do Senado.

MAIO/2014

- Dia 26** Dia Mundial do Glaucoma: palestra e exames realizados nos servidores.

JUNHO/2014

- Dias 2 a 6** Semana do Meio Ambiente, com ações do Senado Verde e oficina.
- Dia 9** Estande do Desapego: ação com o objetivo de estimular a leitura.

AGOSTO/2014

- Dia 8** Parceria com a Embrapa Cerrados para produção de mudas de flores e plantas.

SETEMBRO/2014

- Dia 11** Dia do Cerrado, com oficinas e visita guiada ao Jardim Botânico de Brasília.
- Dia 21** Audiência para celebrar o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

OUTUBRO/2014

- Dia 7** Visita de integrantes da Procuradoria-Geral da Prefeitura de Porto Alegre ao viveiro.
- Dia 9** Senado ganha selo A3P Verde do Ministério do Meio Ambiente.
- Dia 15** Dia do Consumo Consciente.
- Dias 28 a 30** Semana do Servidor.
- Dia 30** Palestra sobre Política Nacional de Resíduos Sólidos.

NOVEMBRO/2014

- Dia 7** Diretor-geral do Senado assina o Ato 24, com o Plano de Gestão Logística Sustentável (PGLS).
- Dia 18** Participação no Seminário "Licitação Sustentável", promovido pela Câmara.
- Dia 28** Visita guiada ao viveiro de alunos do curso de arquitetura da Unip.

DEZEMBRO/2014

- Dias 1º a 12º** Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.
- Dia 4** Campanha Papai Noel dos Correios.
- Dias 10 a 18** Campanha Descarte Eletrônico.

Economia

Redução de nov/2013 a out/2014 em relação a nov/2012 a nov/2013

Copos – R\$ 14,6 mil
Energia elétrica – R\$ 664 mil
Água – R\$ 1,19 milhão
TOTAL – R\$ 1,87 milhão

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
Magno Malta, Jayme Campos,
João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvia Burtle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Laércio Franzon, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

ACONTECEU NO SENADO

Plenário aprova novo Código de Processo Civil e texto vai à sanção

Novas regras estimulam solução consensual de conflitos e entram em vigor um ano após publicação

O Plenário do Senado aprovou o Novo Código de Processo Civil (PLS 166/2010), que pode agilizar o andamento dos processos judiciais de natureza civil. Foram necessários dois dias de votações, na terça-feira e quarta-feira. A proposta seguiu para sanção presidencial.

O texto, que se originou de um anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas

criada em 2009 pelo então presidente do Senado José Sarney, estabelece o “incidente de resolução de demandas repetitivas”, mecanismo jurídico que deverá permitir a aplicação de um mesmo julgado a processos iguais. O projeto estimula a solução consensual de conflitos, adotando fase prévia para tentar a conciliação entre as partes.



Renan, Luiz Fux, Sarney e Paulo Teixeira comemoram a aprovação

APROVADA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Na quarta-feira, o Congresso aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

A proposta inclui a nova meta de superávit primário para o próximo ano, de 1,2% do produto interno bruto (PIB), e a execução obrigatória das emendas individuais

de deputados e senadores (orçamento impositivo).

Assim, as sugestões dos parlamentares serão obrigatoriamente executadas ao longo do ano, em um total de R\$ 9,7 bilhões, sendo que a metade deve ser destinada para a área da saúde.

COMISSÃO PEDE MENOS EMISSÕES NA AGRICULTURA

A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas aprovou, na terça, o relatório anual de atividades. O destaque foram as menções ao potencial de redução das emissões de gás carbônico nas atividades agrícolas do Brasil.

APOSENTADORIA PARA SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA

Plenário aprovou na quarta o PLS 250/2005, que define critérios para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos com deficiência e reduz o tempo de contribuição e a idade mínima exigidos. O texto foi para a Câmara.

RELATÓRIO FINAL DA CPI DA PETROBRAS INDICIA 52 PESSOAS

A CPI Mista da Petrobras concluiu os trabalhos na quinta-feira e pediu o indiciamento de 52 pessoas por corrupção. O relatório aponta prejuízos de US\$ 561,5 milhões na compra de refinaria nos Estados Unidos e indica superfaturamento de US\$ 4,2 bilhões nas obras da refinaria Abreu e Lima.

TETO SALARIAL DO SERVIÇO PÚBLICO TEM AUMENTO

O Senado aprovou, na quarta, aumento dos salários de presidente da República e vice, ministros de Estado, deputados federais e senadores, ministros do Supremo Tribunal Federal e procurador-geral da República. O teto da remuneração no serviço público passa para R\$ 33.763.

VAI PARA A CÂMARA QUALIFICAÇÃO DO FEMINICÍDIO

Na quarta, foi aprovada a inclusão do feminicídio no Código Penal (PLS 292/2013). O texto seguiu para a Câmara. Para Gleisi Hoffmann (foto), autora do substitutivo, aprovação é resposta do Parlamento à violência contra a mulher.



Marcos Oliveira/Agência Senado

POLÍTICA MONETÁRIA E META FISCAL EM DEBATE

A Comissão de Assuntos Econômicos recebeu, na terça, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, que admitiu que a inflação só deve atingir o centro da meta (4,5%) em 2016.

Já a Comissão Mista de Orçamento recebeu, na quinta, o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. Ele disse que a meta fiscal foi reduzida de R\$ 80,8 bilhões para R\$ 10,1 bilhões.

Alvaro alerta sobre fiscalização do governo

Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu uma reflexão sobre a nova legislatura que começará em 2015. Ele se referiu aos escândalos de corrupção na Petrobras e à crise econômica para cobrar que os senadores continuem acompanhando e fiscalizando as ações do governo federal.

Alvaro criticou a presidente Dilma por se negar a demitir a presidente da Petrobras, Graça Foster, mesmo depois de a ex-gerente da empresa, Venina Velosa, ter dito que alertou-a sobre irregularidades nos contratos.

O senador disse que as denúncias de Venina Velosa eram do conhecimento de todos, inclusive do Congresso Nacional.

— A presidente diz que não há razão para a demissão de Graça Foster. Talvez seja constrangimento: Graça Foster foi informada, mas a Presidente Dilma também foi informada, as informações chegaram a



Edilson Rodrigues/Agência Senado

ela. Afastar a presidente da Petrobras, Graça Foster, neste momento, seria admitir a hipótese do seu próprio afastamento pela mesma causa — afirmou.

Eleito para mais um mandato, Alvaro Dias sugeriu aos colegas parlamentares que o Senado crie uma CPI para investigar também possíveis irregularidades no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que chamou de “caixa preta indevassável” do governo federal.

Em sua avaliação, para que sejam reconstruídas instituições mais acreditadas, serão necessárias reformas essenciais, que passam pelo Congresso.

Gurgacz pede solução pacífica em reserva

Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu ao governo do estado uma solução pacífica para evitar sério conflito na região de Minas Novas, na reserva extrativista Jaci-Paraná, no município de Buritis.

Ele explicou que o conflito poderá ser deflagrado em virtude de uma ação de reintegração de posse que pode deixar 1.500 famílias sem terras e sem tudo o que construíram ao longo de anos.

Segundo Gurgacz, a reintegração é em favor do próprio estado, porque, pelo zoneamento ecológico-econômico, o assentamento Minas Novas está dentro de área de proteção integral de reserva extrativista.

Ele explicou que algumas pessoas estão ilegalmente na região e não são pequenos produtores extrativistas e, por conta deles, os que são extrativistas e pequenos produtores estão perdendo o direito à posse da terra.

— O meu alerta é no sentido de que o Minis-



Morieira Mariz/Agência Senado

tério Público, o governo do estado, o governo federal e as forças policiais entrem num acordo para encontrar uma saída pacífica para esse conflito. Que façam uma mudança de reserva, mas não tirem essas famílias de onde já estão há muitos e muitos anos trabalhando. Não há conflitos entre os moradores. O conflito é entre o governo e as famílias.

Gurgacz defendeu ainda a união de políticos, governo e sociedade local para melhorar a qualidade de vida da capital, Porto Velho. Ele disse que o município perdeu, em 2012, três posições no ranking nacional do PIB dos municípios e não está entre os 100 melhores no PIB per capita.

Raimundo Lira assume mandato de senador

Raimundo Lira (PMDB-PB) tomou posse no Senado ontem. Ele substituiu Vital do Rêgo, que assumiu o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União. O novo senador parabenizou o colega pelas conquistas no Legislativo e pela trajetória política.

Raimundo Lira elogiou o novo ministro por ter angariado, ainda na primeira metade de seu mandato, “tamanho respeito e admiração de seus pares”.

— Detentor de uma eficiência administrativa invejável, adicionada a incontáveis qualidades políticas, seja como corregedor desta Casa, seja como presidente da Comissão de Orçamento (CMO) e da Comissão de Constituição e Justiça, Vitalzinho tem historicamente construído uma brilhante carreira como homem público — afirmou.

Ele destacou também o espírito combatente dos paraibanos e citou nomes ilustres do seu



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Estado, como o ex-governador João Pessoa e os escritores José Lins do Rêgo e Ariano Suassuna.

O senador renovou o compromisso de lutar pelos interesses da Paraíba e cobrou mais eficiência do poder político.

O parlamentar, que é economista e empresário, já foi eleito ao Senado em 1986, quando ajudou a elaborar a Constituição e foi presidente da CMO.

— Com esse histórico, carrego a modesta opinião de que ainda posso emprestar minhas experiências acadêmicas e empresariais à rediscussão dos projetos estruturais que ainda afetam, e muito, o crescimento econômico da Paraíba e do Nordeste — disse.

Há 1 ano em vigor, Vale-Cultura beneficia 264 mil

Bandeira de Marta Suplicy no Ministério da Cultura, cartão é dado a trabalhadores para que comprem livros, DVDs e entradas de teatro e cinema. Carga mensal é de R\$ 50

Ricardo Westin

A INICIATIVA MAIS ousada que o governo brasileiro tomou nas últimas duas décadas em relação à cultura acaba de completar um ano. Trata-se do Vale-Cultura, um cartão magnético que é dado a quem trabalha com carteira assinada e que todo mês é carregado com R\$ 50.

Os créditos são destinados ao consumo cultural. Podem ser gastos com produtos (livros, revistas, DVDs, instrumentos musicais, artesanato), cursos (dança, fotografia, artes cênicas) e apresentações (cinema, teatro, circo, shows musicais). O Vale-Cultura dá entrada gratuita nos 30 museus do governo federal, como o Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, o Museu Imperial, em Petrópolis (RJ), e o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (MG). Os créditos são cumulativos e não expiram.

De acordo com o Ministério da Cultura, 264 mil trabalhadores já têm o Vale-Cultura e 27 mil estabelecimentos comerciais no país, incluindo lojas on-line, aceitam o cartão. Empresas de todos os portes oferecem o benefício aos funcionários. Entre as grandes, estão Saraiva, Bradesco, Banco do Brasil e Correios.

Lei Rouanet

A primeira proposta de criação do Vale-Cultura foi apresentada ao Congresso Nacional em 2006, pelo então deputado José Múcio Monteiro. Em 2009, chegou a segunda, redigida pelo Poder Executivo. Nenhuma das duas vingou. Em 2012, o Congresso começou a analisar o projeto de lei de um grupo de 28 deputados encabeçado por Manuela D'Ávila (PCdoB-RS).

Essa terceira proposta não foi engavetada porque a ministra da Cultura naquele momento, Marta Suplicy, transformou o Vale-Cultura



Marta Suplicy, que, como ministra, adotou o Vale-Cultura como bandeira



Jefferson Ruy/Agência Senado

Tânia Andrade, de 52 anos, está entre os 80 mil funcionários dos Correios que no mês passado ganharam o Vale-Cultura. Dias depois, ela saía de uma livraria de Brasília levando um DVD da sambista Alcione e o último livro da trilogia *Cinquenta Tons de Cinza*. "Esse cartão é maravilhoso, porque consumir cultura não é barato", diz. "Ao cinema, por exemplo, não dá para ir sempre. Tem que procurar o dia mais barato. Com o Vale-Cultura, você tem mais oportunidades." Tânia foi aos recentes shows de Beyoncé e Paul McCartney na capital. Ela não tinha o cartão. "Espero que outra estrela venha logo a Brasília e, principalmente, que aceite o Vale-Cultura", ela torce.

numa das principais bandeiras de sua gestão e convenceu deputados e senadores da importância da iniciativa. Em questão de semanas, o projeto passou na Câmara e no Senado e virou lei (Lei 12.761/2012). A regulamentação levou alguns meses, e as primeiras empresas aderiram no final de 2013.

O Vale-Cultura é tão revolucionário para o setor cultural quanto a Lei Rouanet, de 1991, que concede incentivos fiscais a empresas e pessoas que financiam a cultura.

— À primeira vista, R\$ 50 parece pouco. Mas, na realidade, não é — diz Marta Suplicy (PT-SP), já de volta no Senado, após dois anos à frente do Ministério da Cultura. — Existem famílias que não conseguem gastar absolutamente nada com cultura, porque a prioridade é comprar comida, pagar a roupa do filho. Simplesmente não sobra dinheiro.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 4% dos brasileiros costumam ir ao museu e 14% frequentam o cinema. Somente 7% já entraram numa exposição de arte. Uma pesquisa do Instituto Pró-Livro aponta que os brasileiros leem, em média, 4 livros por ano. Na Espanha, como comparação, são 10 por ano. Na França, 15.

Desconto

De acordo com Marta, o Vale-Cultura é "fantástico" porque, de um lado, cria novos consumidores de produtos e serviços culturais e, de outro, dinamiza os negócios da cultura no Brasil.

O Vale-Cultura se assemelha ao tíquete alimentação e ao vale-transporte. Para o funcionário ter direito ao cartão, o empregador aplica um desconto quase simbólico no salário e cobre o valor restante. Para receber os R\$ 50 do

O Vale-Cultura

Como o cartão pode ser utilizado
Veja quais são os produtos e atividades que podem ser pagos com o Vale-Cultura

- Ingressos para cinema, exposições de arte, festas populares e espetáculos de circo, dança, música e teatro
- Fotografias, quadros e gravuras
- Peças de artesanato e escultura
- Mensalidades de cursos de audiovisual, arte, circo, dança, fotografia, literatura, música e teatro
- Livros, revistas, jornais e partituras
- Instrumentos musicais e aparelhos de artes visuais
- CDs, DVDs e partituras

Gastos por setor
Os usuários do Vale-Cultura gastaram R\$ 46,7 milhões ao longo do último ano

| | |
|------------------------------|-----|
| Livrarias e bancas de jornal | 74% |
| Cinemas | 17% |
| Lojas de departamentos | 4% |
| Instrumentos musicais | 2% |
| CDs e DVDs | 2% |
| Outros | 1% |

Contribuição do empregado
Para ter direito aos R\$ 50 mensais, o funcionário sofre um desconto no contracheque

| Salário* | Desconto | Salário | Desconto |
|--------------------------|----------|--------------------------|-----------|
| até R\$ 724 | R\$ 1 | de R\$ 3.620 a R\$ 4.344 | R\$ 10 |
| de R\$ 724 a R\$ 1.448 | R\$ 2 | de R\$ 4.344 a R\$ 5.792 | R\$ 17,50 |
| de R\$ 1.448 a R\$ 2.172 | R\$ 3 | de R\$ 5.792 a R\$ 7.240 | R\$ 27,50 |
| de R\$ 2.172 a R\$ 2.896 | R\$ 4 | de R\$ 7.240 a R\$ 8.688 | R\$ 35 |
| de R\$ 2.896 a R\$ 3.620 | R\$ 5 | acima de R\$ 8.688 | R\$ 45 |

* Valores com base no salário mínimo de 2014
Fonte: Ministério da Cultura

vale, quem ganha R\$ 3 mil de salário, por exemplo, contribui com R\$ 5, e os R\$ 45 restantes são bancados pelo patrão. Em troca, o governo concede à empresa abatimentos no Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

O Vale-Cultura é voltado principalmente para os empregados que ganham até cinco salários mínimos. Trabalhadores que estão acima dessa faixa salarial também podem ser beneficiados, po-

rém sofrem descontos mais altos no contracheque (veja os valores no quadro acima).

Ainda há bastante espaço para o Vale-Cultura crescer. O Ministério da Cultura acredita que o cartão tem potencial para alcançar 42 milhões de trabalhadores.

O Vale-Cultura é facultativo. As empresas não são obrigadas a conceder o benefício. E mesmo os funcionários das empresas que o fornecem

também podem optar por não recebê-lo.

O governo tem estimulado os sindicatos trabalhistas a incluir o Vale-Cultura na pauta de reivindicações. Os bancários de todo o país tiveram sucesso. Os trabalhadores da indústria química, petroquímica, plástica e farmacêutica da Bahia, ainda não. Afirma Carlos Itaparica, um dos dirigentes do sindicato da categoria:

— As empresas do nosso setor não nos dão o Vale-Cultura sob o argumento de que o sistema vai ser burlado e que os trabalhadores vão gastar o dinheiro com outras coisas que não a cultura. Isso não me convence. Me parece uma desculpa para não conceder o benefício.

Para Marta, muitos empresários resistem a conceder o Vale-Cultura por causa das dificuldades econômicas do país. Os patrões precisam ter dinheiro livre em caixa para carregar os cartões, e a compensação do governo só é dada meses mais tarde, na apuração do Imposto de Renda.

— As empresas ainda vão perceber a importância do Vale-Cultura — continua Marta. — A cultura torna as pessoas mais criativas e sensíveis, elas passam a ter uma visão de mundo mais ampla. Isso é qualificação. A empresa, claro, também sai ganhando.

Saiba mais

Ministério explica o benefício
www.cultura.gov.br/valecultura

Na TV, artistas divulgam cartão
<http://bit.ly/videovale>

Lei criou Vale Cultura em 2012
<http://bit.ly/LeiValeCultura>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Jornal Senado Mulher

Informativo mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Senado aprova inclusão do feminicídio no Código Penal

Na última sessão deliberativa do Plenário em 2014, parlamentares acataram em 18 de dezembro proposta que inclui o feminicídio no Código Penal como circunstância qualificadora de homicídio.

O PLS 292/2013 foi sugerido no relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que em 2013 investigou a violência contra a Mulher no Brasil.

A relatora Gleisi Hoffmann (PT-PR) aceitou emenda apresentada pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para prever o aumento de pena em 1/3 à metade quando o crime for praticado contra gestante ou nos três meses posteriores ao parto; menor de 14 anos ou e a maior de sessenta anos; mulher com deficiência e na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

Para Vanessa, trata-se do justo reconhecimento de que o óbito é a expressão maior da violência contra as mulheres. Há uma escalada de agressões que envolvem abusos físicos, emocionais e até coações sexuais. Ela citou dados do IPEA que indicam ter havido em média entre 2009 e 2011 no Brasil 5.664 mortes de mulheres por causas violentas, o que significa 472 por mês e 15 a cada dia.

O texto aprovado determina pena de 12 a 30 anos de reclusão para o homicídio praticado contra a mu-



Moreira Mariz/Agência Senado

Senadoras comemoram a aprovação do projeto.

lher por razões de gênero, quando houver violência doméstica ou familiar, violência sexual, mutilação da vítima ou emprego de tortura.

Países da América Latina e Central já incorporaram a figura do feminicídio em suas leis penais. São eles: México, Chile, Costa Rica, Peru, Guatemala, Nicarágua, Venezuela e El Salvador.

O texto foi encaminhado da Secretaria de Expediente do Senado Federal para a Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados para tramitação naquela Casa.

A sessão foi acompanhada por feministas e entidades de movimentos sociais.

Especialista indica a coragem como forma de enfrentar o assédio sexual

Para Luiza Nagib Eluf, Procuradora do Estado de São Paulo e convidada do Projeto Quintas Femininas de 27 de novembro, a mulher sempre foi ensinada a ter medo. Segundo ela, a melhor forma de conquistar dignidade enquanto cidadã de direitos é “vencer o medo e juntar provas contra os agressores”.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Luiza Nagib Eluf

A carência de discussão legislativa em relação às matérias que fazem referência à violência contra a mulher foi destacada pela consultora do Senado na área de Direitos Humanos Maria da Conceição Lima Alves. Segundo ela,

isso se deve a uma relação direta com a baixa representatividade da mulher no Parlamento.

“Assuntos que dizem respeito às mulheres vão ser mais bem tratados quando a gente tiver um sistema representativo que tenha uma cara mais feminina, que seja menos um retrato masculino, patriarcal, porque quem pode trazer as causas da gente para dentro dessas Casas somos nós mesmas. Os homens são aliados, mas só quem vai fazer avançar isso é a participação das mulheres”, concluiu.

O debate foi coordenado pelo Dr. Rodrigo Martins Brum, diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas do Senado Federal.

Campanha 16 Dias de Ativismo é lançada em Sessão Solene do Congresso Nacional

O Plenário do Senado Federal ficou lotado de lideranças políticas, oficiais femininas da Marinha e da Aeronáutica e de representantes de entidades da sociedade civil. Mulheres vindas de várias regiões do Distrito Federal e também de outros estados trouxeram apoio à campanha “16 dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”, que nesta edição traz o lema “Você pode cometer vários tipos de violência sem perceber”.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Mesa diretora da Sessão Solene da Campanha 16 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Procuradora da Mulher no Senado, presidiu a sessão ao lado das senadoras Ângela Portela (PT-RR), Ana Rita (PT-ES), presidente da Comissão de Direitos Humanos, Marta Suplicy (PT-SP) e Ivonete Dantas (PMDB-RN); das deputadas Jô Moraes (PCdoB-MG), coordenadora da Bancada Feminina no Congresso Nacional; Maria do Rosário (PT-RS), ex-ministra da Secretaria dos Direitos Humanos; Elcione Barbalho (PMDB-PA), Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados; da senadora Ideli Salvatti, atual ministra da Secretaria de Direitos Humanos; Vanessa Leão, secretária da Mulher do Distrito Federal e da ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira, presidente do Superior Tribunal Militar (STM).

Antes do início dos trabalhos, a canção “Super Homem”, de Gilberto Gil, foi interpretada por Célia Porto, que se apresentou ao lado do violinista Rênio Quintas, recebendo aplausos entusiasmados do público.

Criada em 1991 em favor do fim das agressões às mulheres pelo Centro de Liderança Global de Mulheres em Nova Jersey-EUA, a campanha conta com a adesão de cerca de 150 países. O período marca o intervalo entre 25 de novembro, Dia Internacional de Não

Violência contra as Mulheres e 10 de dezembro, Dia Internacional de Direitos Humanos. O Brasil participa da campanha desde 2003 e em 2014 antecipou seu lançamento para 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra.

Ao citar dados das Nações Unidas, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a necessidade de manter o combate à violência na agenda pública. Segundo ela, pelo menos uma em cada três mulheres ao redor do mundo sofre algum tipo de violência durante a vida. No Brasil, 23% das mulheres são sujeitas à violência doméstica, praticada por pessoas próximas, sendo essa a principal causa de morte e deficiência entre mulheres de 16 a 44 anos de idade. “O agravante é que a violência doméstica chega a matar mais do que muitas doenças, como câncer ou até mesmo acidentes de trabalho. O nome dado a esses assassinatos é feminicídio, como mostra o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que já vitimou pelo menos 50 mil mulheres no Brasil”, revelou.

A compreensão do sentido mundial da campanha e o olhar do Brasil para as mulheres em situação de opressão em todos os países foram lembrados pela deputada Maria do Rosário (PT-RS): “Hoje nos sentimos irmanadas às meninas e às mulheres sequestradas por grupos fundamentalistas e as que sofrem estupros diante de circunstâncias de guerra e as migrantes que trilham o mundo para defender seus filhos e filhas da violência”.

A presidenta do Conselho dos Direitos da Mulher do DF, Olgamir Amancia, enalteceu o Parlamento brasileiro por encampar a luta das mulheres: “ao acolher essa demanda, o Congresso Nacional se coloca para desnaturalizar algo que se esconde e que responde pela morte das mulheres. Não só a morte física, mas também a morte cotidiana, psicológica e a violência moral que se materializa ainda nas relações e precisa ser enfrentada”.

O fato de a violência ser a capacidade de anular o ser humano nos seus sentimentos enquanto pessoa e a consequente falta de liberdade foram destacadas pela deputada e psicóloga Erika Kokay (PT-DF): “nós mulheres vivemos muito esse processo de desumanização construído ao longo da história, mas nossa luta nos faz capazes de pegar a vida pelas mãos e transformá-la”.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) levou ao plenário a boa informação sobre a aprovação naquela data na Comissão

de Constituição e Justiça (CCJ) do projeto da senadora Marta Suplicy (PLS nº113/2012), relatado pelo senador Paulo Paim (PT-RS). O texto acrescenta entre os objetivos da Assistência Social o amparo à mulher vítima de violência. Segundo ela, a proposta faz muita diferença nas políticas públicas dirigidas às mulheres.

Marta Suplicy (PT-SP), por sua vez, esclareceu a importância do projeto mencionado pela senadora Gleisi que permite dar assistência à mulher em situação de vulnerabilidade extraordinária na tentativa de resgatá-la para a vida, reconstruir sua autoestima e o seu papel para ela própria passar a ser alguém merecedora de respeito. “Depois de anos apanhando, essa mulher vítima de violência não se acha mais nada. A assistência do Estado tem que dar tanta importância a ela quanto dá para a pessoa idosa e a com deficiência”.

Diversas autoridades que passaram pela tribuna destacaram a Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) como um dos principais avanços nos direitos das mulheres nos últimos anos. Para a senadora Lídice da Mata (PSB-BA), a lei demonstra que o Estado e a sociedade não aceitam que as mulheres sejam torturadas e espancadas no ambiente doméstico. “Trata-se de uma conquista extraordinária, referência de legislação de defesa da mulher no mundo”, disse.

A campanha “Quem ama não mata”, veiculada na década de 1980, foi lembrada por Jô Moraes (PCdoB-MG). Segundo ela, naquele momento a questão da violência passou a ser tratada como fenômeno fora do espaço privado. Ela disse que trinta e quatro anos depois, após uma longa trajetória de lutas e conquistas, as mulheres permanecem unidas em favor da denúncia e contra a impunidade.

Ao encerrar os trabalhos, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) cumprimentou o auditório em agradecimento e convocou a metade feminina da população para fazer germinar novas sementes de compreensão e reconhecimento do valor das mulheres: “para que o respeito e a eliminação das desigualdades se concretizem no menor espaço de tempo possível”, finalizou.

Estiveram presentes: senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Anibal Diniz (PT-AC); deputadas Keiko Ota (PSB-SP), Luciana Santos (PCdoB-PE), Cida Borghetti (PROS-PR), Nilmar Ruiz (PEN-TO), Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), Marinha Raupp (PMDF-RO) e Fátima Pelaes (PMDB-AP). Sra. Beatriz Cruz da Silva, representando o Ministro da Justiça; Olgamir Amancia, presidenta do Conselho dos Direitos da Mulher do DF; Maria das Neves, da União de Juventude Socialista (UJS); o juiz Bem-hur Viza, coordenador do Centro de Resolução de Conflitos e Cidadania da Mulher em situação de violência do Tribunal de Justiça do DF; Thiago Pierobom, membro do Conselho Nacional do Ministé-



Cartaz da Campanha iniciada em novembro.

rio Público; Bárbara Melo, presidenta da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES); Aparecida Gonçalves, representando a ministra Eleonora Menicucci; Lucia Rincon, coordenadora nacional da União Brasileira de Mulheres (UBM); Ângela Guimarães, presidente do Conselho Nacional de Juventude (CONJUBE); Sheila Tussi, da Confederação nacional dos Trabalhadores do Comércio; Kátia Cubel, profissional de Comunicação do TSE; Santa Alves, da União de Negros pela Igualdade (Unegro); Lucinha do MST, secretária de Políticas para as Mulheres da Bahia.

Parcerias

Reconhecimento especial foi feito ao grupo executor da campanha: Correios, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), ONU Mulheres, Ministério da Justiça, Sistema Único de Saúde (SUS), Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, Central Única dos Trabalhadores, Conselho Nacional do Ministério Público, União Brasileira de Mulheres (UBM), Conselho Nacional dos Procuradores Gerais, Secretaria de Gênero da Associação de Magistrados do Brasil, Conselho Nacional de Justiça, Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal, União da Juventude Socialista (UJS), Banco Mundial, Ministério Público Federal, Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Convenção de Belém do Pará + 20, Nova Central, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR), União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), Secretaria da Mulher do DF e Campanha Compromisso e Atitude.



“Ninguém tem o direito de humilhar, bater, violentar ou maltratar o outro - a outra geralmente - por nenhum motivo.”

Há 23 anos mulheres de diferentes países, reunidas pelo Centro de Liderança Global de Mulheres (Center for Women's Global Leadership), iniciaram a Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher. O período escolhido para a Campanha é simbólico, já que se inicia no dia 25 de novembro - Dia Internacional de Não Violência Contra as Mulheres - e finaliza em 10 de dezembro - Dia Internacional dos Direitos Humanos. Cerca de 150 países desenvolvem a campanha. No Brasil, ela é realizada desde 2003 por meio de ações de mobilização e esclarecimento sobre o tema.

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam que uma em cada quatro mulheres é vítima de abusos sexuais por seu parceiro. Quase a metade das mulheres que morrem por homicídio é assassinada pelo ex ou atual parceiro. A violência contra mulheres assume diversas formas: agressão física, sexual, assédio psicológico, coerção, entre outras.

A violência contra a mulher é uma violação aos direitos humanos, apesar de uma vida sem violência ser um direito assegurado pela Constituição Federal, por convenções e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, pela Lei

Maria da Penha, pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e pelo Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Dizem sempre que, em briga de marido e mulher, não se deve meter a colher. Eu digo que sim, que, em briga de marido e mulher, se deve, sim, meter a colher, porque um tapa hoje pode significar um tiro ou uma facada amanhã. Um grito de uma mulher, que um vizinho ouça e sobre o qual diga que “em briga de marido e mulher eu não me meto”, pode significar a perda de uma vida dali a pouco.

A Campanha dos 16 dias de Ativismo e datas como 25 de novembro são fundamentais para mobilizar a sociedade e refletir a respeito do combate a todas as formas de violência contra mulheres.

Ninguém tem o direito de humilhar, bater, violentar ou maltratar o outro - a outra geralmente - por nenhum motivo. Portanto, vamos exigir que se cumpra sempre: os nossos direitos que são absolutamente iguais!

Ana Rita

Senadora da República pelo PT-ES e relatou a CPMI da Mulher do Congresso Nacional

O assédio moral nas relações de trabalho

O assédio moral nas relações de trabalho não é um fenômeno recente. No Brasil, estima-se que atinja 36% da população economicamente ativa. Pesquisa realizada pela médica do trabalho Margarida Barreto, da PUC de São Paulo, entre 2001 e 2005, mostrou que de um universo de 42,4 mil trabalhadores de empresas públicas, privadas, governos e organismos não-governamentais, 10 mil haviam sofrido algum tipo de humilhação no trabalho.

O assédio moral caracteriza-se pela repetição prolongada e intencional de gestos, palavras (orais ou escritas) ou comportamentos de natureza psicológica que expõem o(a) trabalhador(a) a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de lhe causar ofensa à personalidade, à dignidade ou à integridade psíquica, e que têm o objetivo de excluí-lo da sua função ou de deteriorar o seu ambiente de trabalho.

Tal violência atinge todos os trabalhadores, independentemente de cor, raça e etnia. Entretanto, as

questões relacionadas a gênero e raça são importantes para determinar as condições de igualdade no ambiente profissional. Analisar o assédio moral sob a perspectiva da violência contra a mulher significa reconhecer que ainda persistem muitas formas de discriminação de gênero na cultura organizacional das instituições. Segundo o Ministério do Trabalho, além do gênero, a questão racial influencia a prática do assédio moral, de modo que as mulheres negras são as vítimas mais frequentes.

As consequências dessa forma de violência são graves e tendem a se acentuar com o tempo. É preciso conscientizar pessoas e instituições de que a harmonia nas relações de trabalho deve ser promovida mediante políticas preventivas e repressivas voltadas a preservar os direitos fundamentais dos(as) servidores(as) públicos(as) e dos(as) empregados(as).

Gabrielle Tatith Pereira

Advogada do Senado Federal

EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradora: senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Coordenadora: Milena Flores

Projeto gráfico: Secom/Comark

Diagramação: Claudio Portella, Secom/Jornal do Senado

Textos e edição: Rita Rebelo

Equipe de apoio: Isis Marra

Jornalista responsável: Rita Rebelo (Reg. Profissional 4321/DF)

Endereço: Senado Federal, anexo 2, primeiro andar

Praça dos Três Poderes. CEP: 70165-900. Brasília-DF

Telefone: (61) 3303-1710 / 0800 612 211

E-mail: procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher



www.senado.leg.br/procuradoria